A INFLUÊNCIA FEMININA NA GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DA MULHER NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Vanessa Braz Costa

RESUMO
O presente artigo tem como objeto de estudo a influência feminina na gestão escolar baseada na constatação de que, em uma sociedade machista como a brasileira, as mulheres são maioria absoluta dos ocupantes dos cargos de gestão escolar. A pesquisa busca por meio de levantamentos documentais reconhecerem processos históricos para esse predomínio feminino e contemporâneo do lugar ocupado pelas mulheres na direção escolar, bem como investigar o papel da mulher na sociedade educacional em relação às particularidades inerentes à gestão educacional. Para tanto, os problemas que nortearão a pesquisa foram assim constituídos: considerando o machismo estrutural da sociedade brasileira, quais percursos a mulher percorreu para conquistar seu lugar na direção escolar? Em que contexto histórico a mulher ocupa cargos de gestão no âmbito escolar na cidade de São Paulo? Neste sentido, os objetivos da presente proposta visam compreender as razões da predominância de mulheres na direção escolar, analisar a história e os contextos da educação no que se refere à direção no ensino público em São Paulo para, deste modo. O estudo da mulher gestora procura evidenciar as dinâmicas e os enfrentamentos de gênero, bem como as conquistas do feminino no âmbito em que insere. O estudo irá se valar dos documentos e registros históricos que tendo como pressuposto a mulher no cargo de Gestão escolar. O material prospectado terá como subsídio o referencial teórico que possibilita o reconhecimento das relações de poder, ou seja, que permita analisar as relações de poder no âmbito social.
Palavras-chave: História das Mulheres. Relações de Poder. Direção Escolar. São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

A luta por direitos iguais, liberdade de expressão e participação tem permeado a história do ser feminino na formação da sociedade. Essa participação, no entanto, tem sido pouco apreciada no campo das ciências e por inúmeros pesquisadores, tendo em vista a escassez de material sobre o assunto.

A institucionalização da participação feminina em entidades formais como sindicatos, partidos ou no exercício da incumbência parlamentar ou até mesmo pela ação de votar, se tem negado as mesmas a condição de pessoas política. Contudo estudos sobre o tema considerado apresentam o quanto esta abordagem entravou o reconhecimento da mulher como cidadã dotada de direitos.

Se outrora o papel exercido pela mulher era de submissão e destinada aos afazeres domésticos, no momento atual começaram a alcançar um espaço maior na sociedade passando

(cc) BY-NC-SA

a ocupar cargos de liderança em diferente segmentação de mercados. Além disso, a visão do gênero feminino mudou em relação ao cenário corporativo, ter sucesso e visar os postos de responsabilidade se tornou um objetivo imediato e socialmente legítimo.

Promover a formação, a educação e o desenvolvimento profissional da mulher são os princípios para o empoderamento de gênero. Entretanto embora houvesse uma reversão do hiato de gênero no espaço pedagógico, o hiato salarial e ocupacional ainda não reverteu. Diante disso o trabalho parte da seguinte questão: Qual o papel da educação para revogar essa dicotomia?

O perfil da mulher deste século é bem diferente daquele dos séculos passados. Além de exercer função fora do lar, ocupar cargos de altos níveis e de responsabilidade também aglutinam tarefas tradicionais como: dona de casa, esposa e mãe. Transformando o curso da história as mulheres provaram que são capazes de ocupar todo e qualquer cargo, cuidar de si e conquistar aquilo que almejam.

As dicotomias de papeis repetidos e perpetuados durante a história acarretou na naturalização da ideia de que na sociedade há funções atribuídas exclusivamente ao homem e outras exclusivamente as mulheres, e nesse contexto, exceto nas questões domésticas, não era dada a mulher a chance de gerir nenhuma outra esfera social. A mulher era, e ainda em vários contextos continua sendo sinônimo de submissão e docilidade, tendo por cenário de atuação o universo privado onde se concentram os trabalhos de características domésticas e de reprodução, como o cuidado do lar, os filhos, ou por vezes participando de modo invisibilizado das atividades.

A motivação para escolha do tema nasceu por observar que a atuação da mulher é predominante na direção das escolas. Entretanto, na educação, a instituição formal aparece como uma instância de socialização em que os vários discursos influenciam a formação dos professores e professoras, o que torna relevante investigar este tema. Além disso, justifica-se por considerar que o papel da mulher na sociedade educacional é de se empoderar da capacidade de equilíbrio entre a firmeza e o afeto, entre a dureza e a sensibilidade.

2 AS CONQUISTAS FEMININAS NO CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

Vaidosas, sensíveis, delicadas, passionais estas e outras tantas características estão relacionadas à natureza feminina. Entretanto, não cabe estereotipar o ser mulher, pois cada mulher é única e, essa especificidade e diversidade por tempos ficaram esquecidos na história. Além disso, a trajetória da mulher na educação, na sociedade e no ambiente de trabalho em

(cc) BY-NC-SA

geral, elucida a ausência de direitos desde os primórdios da civilização. No Brasil colonial as mulheres eram submissas sem sexualidade, sem vontade própria, e sofriam forte pressão da Igreja. As mulheres estavam sempre sujeitas aos homens e, seus pensamentos eram expressos por meio da dominação masculina e, é no contexto de se traçar uma nova história que as mulheres buscaram ocupar seu espaço na sociedade, considerando que a história tradicional interessava apenas as elites (GOLDINHO, 2004).

> A participação das mulheres brasileiras no mundo público é um dos aspectos mais maçantes das mudanças na sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. [...]. No entanto, em geral, é dado pouco destaque à profunda alteração que significou a entrada maciça das mulheres no mundo público (GOLDINHO, 2004, p. 149).

A divisão entre o privado e o público é formada no percurso histórico, datado e encontrado nas civilizações ocidentais do século XIX, inclusive em território brasileiro. A construção da sociedade é realizada por homens e mulheres que mudaram seus comportamentos e se tornaram conscientes de seus atos e valores, procurando mostrar que ambos os sexos podem ocupar o mesmo espaço. "No exercício desse direito, no Brasil, as mulheres estiveram dele excluídas, de 1824, data de nossa primeira Constituição, até o novo Código Eleitoral de 1932, ou seja, por mais de um século" (MUNIZ, 2014, p. 219).

Desde seu advento, a estrutura familiar passou por várias transformações e, diante disso, a mulher se viu inferior ao homem, reflexo das antigas civilizações, em especial a grega e a romana, vistas como iniciadoras do conceito familiar e, formadoras da ideia de que homem era o senhor de direitos. Por anos a mulher se restringiu a desenvolver ações e atitudes que a preparavam para esposa, porém, as lutas e reivindicações por direitos políticos, sociais e civis permeiam a sociedade desde muito tempo. Segundo Fontenelle-Mourão (2006) embora ocorressem grandes avanços, as ações dos movimentos femininos foram decisivas para igualdade de gênero e conquista de melhores condições.

O movimento feminino possui três grandes marcos: o primeiro foi incitado pelas reivindicações por direitos a democracia, ou seja, o direito ao voto, ao divórcio, ao trabalho e a educação no século XIX; o segundo ocorreu na década de 1960, com a liberação sexual, alavancada pelo aumento de contraceptivos; já o terceiro acontecimento começou a ser constituído no final da década de 1970 com a luta de cunho sindical (FONTENELLE-MOURÃO, 2006).

A partir do momento que as mulheres conquistaram o direito ao voto, em 1932, as mesmas passaram a ocupar um espaço maior no eleitorado do país. Sendo que de acordo com

(cc) BY-NC-SA

o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em 2017 do total de 146.470.880 de eleitores brasileiros, a participação feminina ultrapassou os 52%. Dois anos após terem conquistados o direito ao voto, foi eleita a primeira deputa do país (Carlota Pereira Queiroz). Neste mesmo ano foram asseguradas as mulheres pela Assembleia Legislativa o direito ao voto, o princípio de igualdade, a regulamentação no mercado de trabalho e a equiparação salarial (BRASIL, 2017).

Na década de 1980, quase cinquenta anos mais tarde, as mulheres embarcam na luta contra a violência feminina. Diante disso, no ano de 1985 foi criado o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), com intuito de reduzir a discriminação contra o sexo feminino e aumentar a participação das mesmas nas atividades econômicas, políticas e culturais (BRASIL, 2017)

Em 2015 foi sancionado a Lei do Feminicídio colocando as mulheres na pauta de crimes hediondos e reduzindo a tolerância nessas ocorrências. Porém, a Lei mais conhecida de proteção ao sexo feminino ainda é a Lei n° 11.340/ 2006 (Lei Maria da Penha), cuja determina que: independentemente da etnia, raça, classe, renda, orientação sexual, idade, nível educacional cultura e religião gozam dos direitos essenciais inerentes a vida humana.

Entre avanços e retrocessos no século XX, os movimentos feministas resultaram em grandes realizações e ganhos mensuráveis durante a busca pela emancipação da mulher. Segundo Viana (2001) com a globalização e o avanço tecnológico se viram instigadas a melhorar a profissionalização e concorrer por vagas no mercado de trabalho e:

> Ao longo do século XX, a docência foi assumindo um caráter eminentemente feminino, hoje, em especial na Educação Básica (composta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio), é grande a presença de mulheres no exercício do magistério (VIANA, 2001, p. 82).

Ao longo do século XIX pode ser observada a presença da mulher no magistério nas chamadas escolas de improviso ou domésticas, algumas sem vínculo algum com o Estado e outros com professores já exercendo a função como funcionários públicos, nos espaços escolares instituídos após a República e com a extensão progressista das escolas públicas (VIANA, 2001).

No ensino desenvolvido sob responsabilidade do Estado brasileiro à docência feminina nasceu no final do século XIX, simultânea a expansão do ensino público primário. Segundo Viana (2001) na cidade de São Paulo, nos últimos anos do regime imperial, sobretudo após 1960, as mulheres assumiram a função de docentes, pertencendo ao quadro de funcionárias públicas. O acesso efetivo das mulheres para formação de professoras nas Escolas Normais se

(cc) BY-NC-SA

deu entre 1875 e 1880, entretanto a presença diária no magistério primário paulista teve os primeiros registros durante o século XIX. Neste contexto Viana (2001) elucida que:

> No século XX, o caráter feminino do magistério primário se intensificou a tal ponto que no final da década de 20 e início dos anos 30, a maioria já era essencialmente feminina. O Censo Demográfico de 1920 indicava que 72,5% do professorado do ensino público primário brasileiro compunha-se de mulheres e, no total de docentes, sem distinção de graus de ensino, elas somavam 65%. A presença feminina no magistério estendeu-se aos demais níveis de ensino após a progressiva expansão da oferta de vagas nos cursos de ensino primário em cidades de grande porte, como São Paulo, no final da década de 1930 e meados de 1940 (VIANA, 2001, p. 85).

Desde o século XIX, aos poucos os homens foram deixando as salas de aula nos cursos da Educação Infantil, e as mulheres se formando mais e mais. Aspecto este que se mantém por todo o século XX, incitado principalmente pelas mudanças culturais, econômicas, sociais e políticas que passou no Brasil e que de modo geral acabou determinando uma participação significativa da mulher no mercado de trabalho.

No século XX foi notória a propensão feminina não apenas no ensino primário, como também a presença ampliada em outras modalidades e níveis de ensino. Deste modo, segundo Viana (2001, p. 86) "no final do século passado, o caráter fundamentalmente feminino da Educação Básica já estava mais que configurado".

2.1 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: O GÊNERO QUE DOMICILIA A EDUCAÇÃO

Nos últimos anos a inserção do gênero feminino no mercado de trabalho é de fato o efeito de inúmeras outras conquistas da mulher na sociedade, não apenas nas questões culturais, trabalhistas e civis, como também, segundo Rodrigues (2012):

> [...] de sua emancipação em relação ao domínio masculino dentro da família, do casamento e da sociedade como um todo. Entretanto, não se pode afirmar que este processo foi esgotado, tendo em vista que as desigualdades entre homens e mulheres têm se reproduzido e aprofundado, a despeito da luta dessas cidadãs por seu espaço na sociedade (RODRIGUES, 2012, p. 2).

No cenário laboral não é diferente, pois se a mão de obra feminina é algo cada vez mais expressiva, não restam dúvidas que também é a divisão de gênero neste ambiente. Este fato se explica em características bem mais amplas, como a atribuição dos papeis sociais, a histórica constituição dos gêneros, e o estabelecimento da relação de poder entre o homem e a mulher (RODRIGUES, 2012). Entre ao longo dos anos a concepção de gênero sofreu inúmeras

(cc) BY-NC-SA

reformas, porém para compreender esta acepção contemporânea Rodrigues (2012) cita Beauvoir (1967) dizendo que:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR apud RODRIGUES, 2012, p. 2).

Rodrigues (2012) também ressalta que a análise de gênero possibilita buscar significados tanto femininos como masculinos inseridos nos contextos históricos e sociais. O gênero não advém da natureza, e sim pode ser considerada uma construção histórica e social que atribui diferentes papeis a mulheres e homens com fundamentos na distinção entre os sexos biológicos. Ou seja, existe uma relação de poder entre o homem e a mulher, cujas são vistas como inferiores, considerando que seu gênero se constrói através daquele que tido como dominante: o homem.

A divisão sexual de mão de obra advém e se aprofunda nesse cenário de poder, assim pode-se dizer que a inserção feminina no mercado de trabalho não teve origem na redução da desigualdade entre os gêneros, e tão pouco da conquista de direitos, mas sim de acontecimentos históricos e de uma nova economia que reivindicou a participação feminina neste ambiente. Não somente para conferir direitos à mulher, mas sim para atender as exigências e necessidades do sistema capitalista e suprir o mercado de trabalho, que apresentava escassez de mão de obra devido a primeira e a segunda Guerra Mundial (RODRIGUES, 2012).

> [...] a entrada das mulheres nesse espaço iniciou-se "com as I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir [...] a posição dos homens no mercado de trabalho", e que "No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista [...] o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas" (PROSBST apud RODRIGUES, 2012, p. 3).

Não cabe ao capitalismo ser compreendido como um sistema que incentivou a igualdade de gênero devido possibilitar que a mulher entrasse no mercado laboral, mas sim como sistema que propagou essa diferença e explorou a mão de obra dotada de aspectos socialmente construídos. E, eram desejadas e visadas no modelo de produção, além de serem consideradas de baixo custo (BEAUVOIR, 1967)

A capacidade técnica e os aspectos valorizados nas ocupações coincidiam com o atributo feminino construído e mantido na relação social de gênero tradicional, ou seja, de pessoa dócil, submissa, fiel e com maior tolerância a trabalhos repetitivos e monótonos (NUNES, 2011;

(cc) BY-NC-SA

RODRIGUES, 2012). A construção do gênero no mercado de trabalho ocorreu do mesmo modo que no cerne social e familiar, atribuindo papeis coincidentes com os padrões do que é ser mulher, porém com acréscimo da exploração remunerada. Neste sentido Silva (2012) elucida que:

> As transformações no Mundo do Trabalho foram grandes, a partir da revolução industrial, marco do surgimento do sistema capitalista, onde ocorreram várias mudanças que trouxeram significativas alterações na vida da classe trabalhadora e consequentemente na vida das mulheres que trabalhavam fora do âmbito doméstico. Várias foram as lutas e conquistas ao longo da história, e com a chegada das máquinas, os trabalhadores tiveram que intensificar sua busca pela formação profissional (SILVA, 2012, p. 58).

Essa evolução cultural, social e histórica do gênero feminino no mercado laboral gerou efeitos devastadores não apenas para as mulheres enquanto sujeitos, mas na pluralidade destas pessoas. A inserção feminina na seara de trabalho segregou a ocupação e inferiorizou a mão de obra, além disso, relegou as funções vistas como condizentes com sua função social (cuidadora, mãe, dona de casa, domestica, etc.) (RODRIGUES, 2012).

Deste modo, cabe considerar que a divisão de trabalho advindo das relações de gênero, atribuiu as esferas de produção e as funções de valor social maior aos homens, e para as mulheres a esfera reprodutiva e doméstica. Contudo, o conceito da divisão social de trabalho parte do princípio de separação de mão de obra entre mulheres e homens e da concepção de hierarquização, onde o trabalho masculino tem maior valor que o trabalho feminino. De acordo com Tosta (2011) esse sistema acarretou na invisibilização social e a desvalorização do trabalho da mulher.

Segundo Tosta (2011) a participação da mulher no mercado de trabalho ter apresentado crescimento após a década de 1970 e com maior acesso das mesmas a cargos de destaque não significou a conquista de igualdade de gênero. “As desigualdades persistem no alto índice de desemprego, na menor formalização do emprego, nas diferenças salariais, na segregação ocupacional e nas barreiras à ascensão profissional para mulheres”.

A inserção feminina ocorreu de modo precário, ou seja, com incertezas, inseguranças, com as piores condições trabalhistas, com escassez de proteção social, dúvida sobre a continuidade do pacto de trabalho, entre outras características. Além do mais, a evolução da mulher neste cenário ainda está submetida as mesmas constituições de gêneros e relação de poder que instigam esta precarização (SILVA, 2012).

> Mesmo com a inserção da mulher no mundo do trabalho, a divisão sexual do trabalho é visível e traz elementos que comprovam que a mulher é discriminada no âmbito público. Várias são as formas de discriminação que sofrem, com extensa carga horária,

(cc) BY-NC-SA

> baixos salários tendo sempre o discurso da diferença entre homens e mulheres (SILVA, 2012, p. 59).

Não restam dúvidas de que a característica mais agravante é a invisibilidade das desigualdades entre mulheres e homens que trabalham. Assim, o que não é visto ou percebido de maneira natural não é objeto de esforço ou preocupação social que finda mudanças (RODRIGUES, 2012).

Ao falar sobre questões de igualdade entre gêneros é comum que exista uma reação generalizada galgada na concepção da mulher igual ao homem como se não possuísse diferença biológica. No entanto é nítido que estes dizeres corriqueiros evidenciam a aceitação de discriminações sociais decorrentes das diferenças entre os gêneros, por meios de discursos que expõe o homem como competitivo, inteligente, mais forte e dotado de habilidades fundamentais para ocupar cargos de trabalho de maior destaque (RODRIGUES, 2012).

Segundo Rodrigues (2012) a mulher ainda é vista como pessoa dócil, frágil, sociável e com menor capacidade, a não ser que ocupe cargos que sejam adequados a estes aspectos e que correspondam as suas funções atribuídas socialmente. Simultâneo ao crescimento da mulher no mercado de trabalho, no acesso à educação, a melhor oportunidade, assim como participação ativa na economia e chefia das famílias, cresce também as desigualdades em relação a situação do sexo oposto.

No que concerne o trabalho somente no ano de 1943 foi atribuído a mulher o direito de trabalhar fora de casa sem prévia autorização do marido. Pois a subordinação e a dependência das mulheres aos conjugues estava previsto na legislação desde o CCB (Código Civil Brasileiro) de 1916, cujo qualificava o sexo feminino como incapaz. Para Rodrigues (2012) a precarização e a desvalorização do trabalho exercido pela mulher, estão amplamente apoiadas na relação de poder entre os gêneros.

Portanto, a principal diferença entre o homem e a mulher no bojo laboral brasileiro, perpassa as características da formalização do vínculo empregatício, a segregação ocupacional, o rendimento, a jornada de trabalho além de outros aspectos que evidenciam o valor social feminino e as consequências advindas com esta discriminação (RODRIGUES, 2012).

Ainda que incipiente, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) foi outra conquista que possibilitou a expansão da mulher no mercado de trabalho educacional, garantindo cursos de grau médio, e permitindo galgar vagas no ensino superior. Todavia as questões aqui expostas são direitos constitucionais, pois:

(cc) BY-NC-SA

> [...] a apropriação destes direitos passaria ainda por muitos desafios sociais e machistas que ainda viam como desnecessários e até inadequados que mulheres soubessem ler e escrever, uma vez que a escola era tida como uma ameaça a ideia de subordinação feminina e à sua dedicação exclusiva ao lar, maridos e filhos (MARTINS; RIOS; VIEIRA, 2016, p. 4).

Deste modo, as conquistas, mesmo que em passos lentos foram suficientes para que as mulheres tomassem fôlego e desejassem mais espaço social no sentido de que tivessem autonomia para se colocar frente a sociedade, e nem mesmo o regime ditatorial inibiu por completo a luta e o movimento feminino. Mesmo no período do regime militar a mulher conseguiu expandir sua participação no cenário laboral, além de "reconhecimento e crescimento na profissão exercida, qualificação educacional e profissional, opção de não ser mãe ou quando ser mãe" (MARTINS; RIOS; VIEIRA, 2016, p. 4).

Entretanto, pensar na história da mulher e suas buscas constantes pela ascensão social é que é possível compreender como tem sido a atuação de homens e mulheres na gestão de escolas de Educação Básica, compreendendo a dicotomia que há no método de liderança de cada um neste cenário. Martins, Rios e Vieira, (2016, p. 4) sinalizam que o espaço pedagógico é um ambiente de permanente construção e "legitimação das relações de gênero por meio da negação ou da legitimação da supremacia de um gênero em detrimento".

No âmbito escolar ainda é possível perceber que elucida a ideia de que o homem é superior à mulher, enquanto diretores e diretoras de escola. Conceito este que está pautado nas construções socioculturais, que eternizando um modelo patriarcal torna a mulher um sujeito inferior ao homem em situações e assuntos que exijam autoridades e liderança (VIEIRA, 2016).

A representação relacionada à mulher em um contexto cultural é de um indivíduo dependente e frágil, com pouca ou nenhuma condição de assumir funções ou situações de chefia que exijam autoridade e força. Diante disso, a grande maioria dos cargos de chefia assumidos em organizações e instituições ainda está sobre o domínio dos homens, parecendo uma realidade ainda distante de equilíbrio, não apenas em relação a números, mas na aceitação de que a mulher possui habilidades e competências suficientes para lidar com as adversidades e os desafios que as lideranças exigem (CAMPOS; SILVA, 2002).

O magistério possui uma representação social pautada no universo feminino, tendo em vista o grande número de mulheres que atuam nesta área profissional. Tal atribuição ocorreu por inúmeros fatores, dentre estes, podem destacar a busca da mulher por um nicho profissional e também devido ao desprestigio do magistério, cuja "baixa remuneração e qualificação fez com que poucos homens se interessassem pela docência, em detrimento das mulheres que na

(cc) BY-NC-SA

busca por um espaço para o trabalho iam se identificando com a profissão" segundo Martins, Rios e Vieira, (2016, p. 6).

De acordo com Martins, Rios e Vieira, (2016) uma abordagem psicanalítica elucida que a docência mexe com o instinto feminino, pois para ser professora exige cuidados maternais com as crianças, dedicação e paciência, cujos atributos são inerentes a mulher. Sob esta ótica é comum que as mulheres tenham predisposição para trabalhar na educação e assumir uma sala de aula. Entretanto cabe ressaltar que:

> Quando surgem os cargos de direção e administração escolar a ideia de que uma mulher possa administrar passa por alguns percalços e entra em questão novamente a ideia de que o comando é do homem, uma vez que só ele tem pulso para dar conta dos desafios que uma liderança traz em si (MARTINS; RIOS; VIEIRA, 2016, p. 6).

Entretanto, percebe-se que a docência nos anos iniciais da educação é uma extensão do exercício que a mulher já desenvolve em casa, ou seja, algo instintivo e natural. É nesse espaço de conflitos que se buscam respostas através da teoria e da pratica professor e aluno. Por isso, a necessidade de abordar a importância deste assunto no processo de constituição e construção da identidade feminina.

"Diferenças, distinções, desigualdades [...] a escola entende disso. Na verdade a escola produz isso" (LOURO, 2007, p. 57). As reflexões e discussões em torno da relação de gênero vêm se expandindo, conquistando espaço e ganhando visibilidade acarretando em novos discursos e novas práticas, principalmente a partir de questões teóricas antropológicas, políticas e das ciências sociais que tem fornecido uma complexa e ampla produção acadêmica.

Porém, somente na segunda metade do século XX, precisamente no final da década de 1970 que se enfatizou a impossibilidade de ignorar pesquisas e debates acerca deste assunto. Ao tempo que se quer compreender e analisar questões ligadas aos processos formativos como é caso da mulher na gestão escolar.

2.2 A MULHER NA GESTÃO ESCOLAR

A força feminina está presente nos centros de formação de curso superior no Brasil. De acordo com dados do INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) o número de homens ingressantes no ensino superior é abaixo se comparado ao sexo oposto. No ano de 2013, 55% das pessoas em cursos de graduação presenciais eram mulheres, sendo que se o recorte for realizado por concluintes o índice chega em 60% (BRASIL, 2015).

(cc) BY-NC-SA

Do total de 6 milhões de matriculados no ensino superior no último ano do decênio as mulheres contemplavam 3,4 milhões enquanto os homens correspondiam 2,7. Destes números, 491 mil alunas concluíram os estudos em 2013, enquanto somente 338 mil homens formaram neste mesmo ano. Entre os motivos de maior ingresso da mulher nos cursos de graduação são as transformações nos programas educacionais do Brasil, com expansão do acesso de acesso no ensino superior (BRASIL, 2015).

No Estado de São Paulo as mulheres são maiorias entre os profissionais da educação, estando em maior número desde as salas de aula até os cargos de chefia. No quadro de gestoras, ou seja, na direção escolar a rede de ensino público conta com mais de 81% em um cenário que totaliza 4 mil profissionais em exercício da função. Entre as 91 diretorias regionais do Estado o quadro não é diferente, sendo estas responsáveis pela administração de 77% das 5 mil escolas estaduais, dirigindo dezenas de escolas da capital paulista, região metropolitana e de cidades no interior de São Paulo (SÂO PAULO, 2014).

Entre os professores, a presença da mulher também é majoritária, respondendo a 73,8% dos docentes. Sendo que na parcela que ministra aulas para os 3° e 5° anos os números são ainda maiores, chegando a atingir 97,5%. Já no quadro de apoio escolar 83,1% são do sexo feminino, enquanto na administração a porcentagem é de 78,1% de acordo com os dados da Secretaria da Educação de 2014. (SÃO PAULO, 2014).

A feminilização do magistério ocorreu de modo gradativo na sociedade brasileira, pois as mulheres por mais que atuassem no exercício de professoras, não deixaram de ser submissas, desenvolvendo atividades comandadas por homens, sendo o sexo masculino detentor de poder. E, mesmo atuando como docentes as mulheres estavam sob o comando do sexo oposto, pois nas escolas, segundo Louro (2001) foram os:

> [...] homens que detiveram por longo tempo as funções de diretores e inspetores [...] A eles se recorria como instancia superior, referência de poder; sua presença era vista como necessária exatamente por se acreditar à mulher menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância etc. (LOURO, 2001, p. 460).

Apesar das mulheres atuarem como professoras nas escolas públicas em número maior que o sexo oposto, na direção escolar acontecia o contrário, pois cabia ao homem a gestão e a inspeção escolar. O primeiro cargo de direção ocupado por mulher em uma escola pública ocorreu na década de 1920 no Rio de Janeiro, cujo fato provocou revolta por parte dos educandos (CARVALHO, 1992). Entretanto, as mulheres utilizaram de pequenas lacunas que a própria sociedade deixou para mostra que são dotadas de capacidade e habilidades para

(cc) BY-NC-SA

desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade, sendo que de acordo com Carvalho (1992, p. 42) este por sua vez "é um dos espaços sociais onde as mulheres puderam desenvolver ao longo do século XX, o exercício de seus poderes".

Foi a partir da década de 1970 que as mulheres passaram a assumir cada vez mais posições de chefia, antes exclusivos dos homens. Nesta fase da história da educação surgiu uma nova figura gerando mudanças de conceitos de mulher na sociedade (CERISARA, 2002). Estas docentes, engajadas com movimentos culturais e políticos passaram a reivindicar por seus direitos dentre estes, a igualdade salarial entre os gêneros na educação.

Ao analisar a mulher na educação, em especial a gestão da escola, é essencial aprofundar a pesquisa para apropriar de um saber que durante um vasto período de tempo na história educacional brasileira somente o homem tinha conhecimento. Todavia, esta não foi uma questão que excluiu a mulher do cenário pedagógico, pois este ser buscou trilhar seu caminho e aprofundar seu conhecimento em outro estágio da história (CERISARA, 2002).

Deve-se compreender que tal diferença não se limita aos cargos de gestão pedagógica, mas ocorre também nos cargos de docência, onde existem 77,2% de professoras na Educação Básica. Entretanto, as particularidades se acentuam quando se considera que nos anos iniciais do ensino fundamental existe um número maior de gestores masculinos que nas demais etapas do ensino e que a exigência quanto à escolarização para a ocupação de cargos de gestão escolar é menor para os homens, bem como a exigência quanto à experiência, que é substancialmente maior quando se trata das mulheres (SOUZA, 2009).

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019) a educação básica brasileira é predominantemente gerida por mulheres. Os dados levantados no censo demonstram que nas 180,6 mil unidades escolares do país, mais de 80% dos gestores são do sexo feminino. Pela primeira vez o Censo trouxe dados sobre a gestão nas escolas brasileiras.

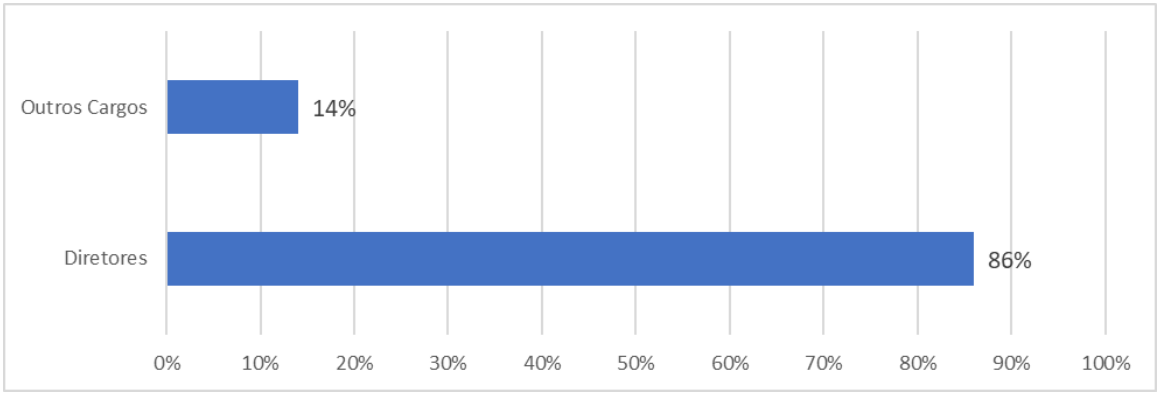
Quadro 1 - Número de diretores na educação básica por dependência administrativa, segundo o sexo – 2019
Fonte: INEP (2019)

SEXO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	161.426	123.048	692	29.184	93.172	38.378
Masculino	31.037	25.320	531	9.228	15.561	5.717
Feminino	130.389	97.728	161	19.956	77.611	32.661

(cc) BY-NC-SA

Os dados do Censo mostram que, dos 187,7 mil gestores declarados na pesquisa, 86% são diretores e 14% estão em outros cargos. Entre os mais de 143 mil diretores, 81,9% são do sexo feminino. O percentual é aproximado também para o grupo de gestores que ocupam outros cargos: 81,5% são mulheres. Os gráficos a seguir apresentam esses dados.

Gráfico 1 – Distribuição entre os cargos de gestão na educação básica - 2019



Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2019)

Gráfico 2 – Distribuição dos cargos de diretoria na educação básica, por sexo - 2019

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2019)

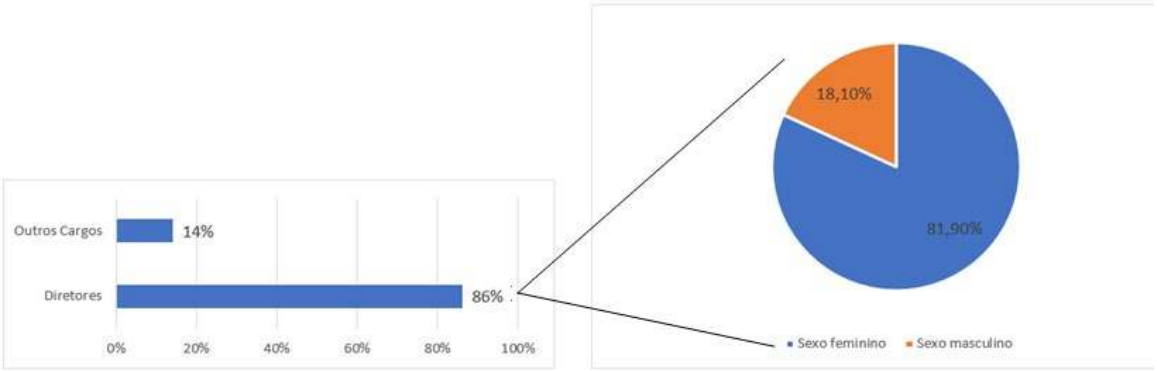
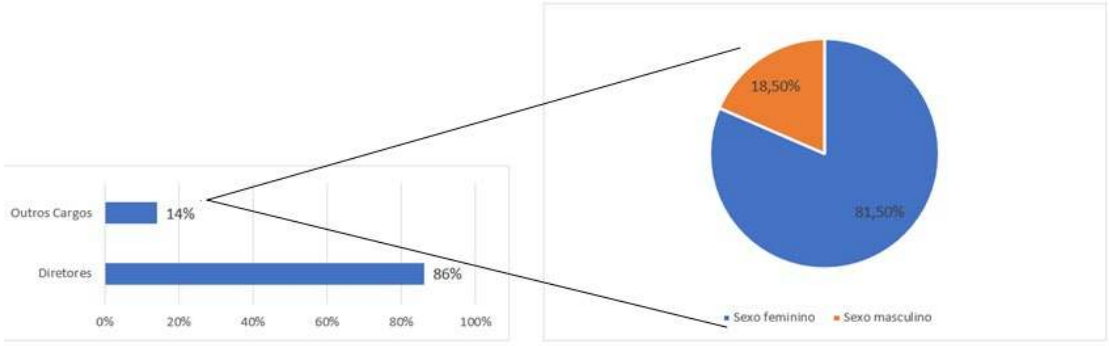


Gráfico 3 – Distribuição dos demais cargos de gestão na educação básica, por sexo – 2019



Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2019)

(cc) BY-NC-SA

Assim, é possível supor que o predomínio das mulheres nos cargos de gestão escolar possui diversas motivações, mas que as mesmas não indicam, a priori, ser restritas aos critérios de escolaridade e experiência, ainda que as mesmas tenham que comprovar tais critérios sob maiores níveis de exigência que os homens. Esta suposição soa óbvia a partir da constatação de que, havendo menores exigências para o ingresso dos homens, provavelmente estes seriam maioria nos cargos de gestão nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta por direitos iguais, liberdade de expressão e participação tem permeado a história da mulher na formação da sociedade. Essa participação, no entanto, já é um estudo apreciado com vários trabalhos já realizados, em busca de dimensionar a mulher em vários períodos da história. O papel exercido pela mulher era de pouca representatividade comparando com os homens, suas tarefas na maioria das vezes eram destinadas aos afazeres domésticos, mas a mulher sempre lutou por seus direitos, mas a visibilidade de representações desses direitos é reprimida pela sociedade machista. A mulher, com o passar do tempo, começou a ocupar cargos de liderança em diferentes mercados. Além disso, a visão do gênero feminino mudou em relação ao cenário corporativo, ter sucesso e visar os postos de responsabilidade se tornou um objetivo imediato e socialmente legítimo.

Esta representatividade no contexto dos postos de responsabilidade é identificada no âmbito educacional considerando que, conforme dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB/2003, apurados por meio de questionários aplicados em 3.990 escolas, existe uma forte expressão de gênero na função de dirigente escolar, com 78% dos cargos ocupados por mulheres. Esta dimensão conduz a questionamentos diversos como perceber na trajetória histórica das mulheres a motivação para que exista tal supremacia, especificamente nesse contexto de dominação masculina.

Deve-se compreender que tal diferença não se limita aos cargos de gestão pedagógica, mas ocorre também nos cargos de docência, onde existem 77,2% de professoras na Educação Básica. Entretanto, as particularidades se acentuam quando se considera que nos anos iniciais do ensino fundamental existe um número maior de gestores masculinos que nas demais etapas do ensino e que a exigência quanto à escolarização para a ocupação de cargos de gestão escolar é menor para os homens, bem como a exigência quanto à experiência, que é substancialmente maior quando se trata das mulheres.

(cc) BY-NC-SA

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo II** – a experiência vivida. 2. Ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. **Cidadania e justiça:** *Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres*. Brasília. 2017. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. **Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores,** 2015. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores. Acesso em: 06 nov. 2017.

CAMPOS, M. C. S. S.; SILVA, V. L. G. (org.) **Feminização do magistério:** *vestígios do passado que marcam o presente.* Bragança Paulista: Edusf, 2002.

CARVALHO, Maria C. M. [org.]. **Construindo o saber:** *Metodologia científica: Fundamentos e técnicas*. 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1992.

CERISARA, Ana B. **Professoras de Educação Infantil:** *entre o feminino e o Profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia M. *Mulheres no topo de carreira: Flexibilidade e persistência*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006, 92 p.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. Ed. São Paulo: Altlas, 2010.

KOZINETS, Robert V. **On nettnography:Initial reflections on Consumer Research Invesgations of Cyberculture.** Evanston: Illinois, 1997.

LOURO, Guacira L. Teoria Queer: uma política pós identitária para a educação. **Rev. Estudos Feministas.** v.9, n.2. Santa Catarina, 2001, p.541-553.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação.* Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2019. **Censo Escolar da Educação Básica 2019.** Disponível em http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar. Acesso em 08/08/2020.

MARTINS, Alane M.; RIOS, Pedro P. S.; VIEIRA, André R. L. *Relações de gênero na gestão escolar: a dicotomia entre mulheres e homens no cargo de diretora/diretor escolar.* **Revista Grupo Tiradentes.** v.09, n.1, Sergipe, 2016.

MINAYO, M. C. S. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.* In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social – teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2004. p. 9-28.

NUNES, Jordão Horta. As Transformações na Divisão Sexual do Trabalho e os Novos Arranjos de Gênero Domésticos. *In:* NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Antonio Revalino de. (Org.)

(cc) BY-NC-SA

Trabalho e Gênero: entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: PUC Goiás, 2011, p. 69-90.

RODRIGUES, Julia A. A construção histórica e cultural do gênero feminino e a valorização do trabalho da mulher. In.**17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero.** 2012. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/241. Acesso em 19 out. 2017.

SÃO PAULO. *Mulheres são maioria entre profissionais da rede de ensino do Estado de São Paulo.* In. **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.** São Paulo. 2014. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/mulheres-sao-maioria-no-comando-da-rede-estadual-de-ensino>. Acesso em: 07 nov. 2017.

SILVA, Josiane E. Enfrentando lutas, superando desafios: ganhos e conquistas das mulheres brasileiras no século XX. **Revista Eletrônica da Univar**. n.7, 2012, p. 58-61.

SOUZA, Â.o Ricardo de. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil.** 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TOSTA, T. L. D. Desigualdades de Gênero e a Precarização das Relações de Trabalho. *In:* NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Antonio Revalino de. (Org.) **Trabalho e Gênero:** entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: PUC Goiás, 2011, p. 53-68.

VIANA, Cláudia P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu.** São Paulo, 2001. p. 81-103.

(cc) BY-NC-SA